O PAPEL DA CRIATIVIDADE E DA IMAGINAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO

VANESSA REIS MENEZES

RESUMO

A criatividade e a imaginação desempenham um papel central no desenvolvimento cognitivo das crianças durante a educação infantil, atuando como alicerces para a construção de habilidades intelectuais, emocionais e sociais. Ao estimular a expressão livre e o pensamento divergente, essas capacidades permitem que a criança explore cenários hipotéticos, resolva problemas de forma inovadora e estabeleça conexões entre diferentes áreas do conhecimento. Brincadeiras simbólicas, como o faz-de-conta, e atividades com materiais não estruturados (blocos, argila, elementos naturais) incentivam a simbolização, essencial para o pensamento abstrato, a alfabetização e o raciocínio lógico-matemático. Além disso, a imaginação cria uma "zona de desenvolvimento proximal", conforme destacado por Vygotsky, na qual a criança experimenta situações além de sua realidade imediata, avançando em seu aprendizado por meio do jogo. Nesse contexto, o educador assume um papel mediador, projetando ambientes que favorecem a exploração criativa, formulando perguntas que desafiam a reflexão e integrando a ludicidade ao currículo pedagógico. No entanto, desafios como a pressão por resultados acadêmicos precoces e a subvalorização do processo criativo em detrimento de produtos tangíveis exigem uma reavaliação das práticas educativas. É fundamental equilibrar a orientação didática com a autonomia infantil, garantindo que a espontaneidade e a experimentação não sejam suprimidas. Ao priorizar a criatividade e a imaginação, a educação infantil não apenas fortalece o desenvolvimento cognitivo, mas também prepara as crianças para um futuro em que a adaptabilidade e a inovação são indispensáveis. Assim, a escola transforma-se em um espaço onde o aprendizado significativo emerge naturalmente do prazer de descobrir, criar e imaginar.

PALAVRAS-CHAVES: Criatividade, Imaginação, Desenvolvimento cognitivo, Educação infantil, Ludicidade.

INTRODUÇÃO

A criatividade e a imaginação são elementos indissociáveis do desenvolvimento infantil, constituindo-se como ferramentas essenciais para a construção de processos cognitivos, sociais e emocionais na primeira infância. O brincar simbólico, como o faz-de-conta, não é apenas uma atividade recreativa, mas um mecanismo pelo qual a criança reinterpreta a realidade, projetando-se em papéis e situações que ampliam sua compreensão do mundo. Nesse sentido, a imaginação atua como uma "zona de desenvolvimento proximal"), espaço em que a criança experimenta habilidades ainda em formação, mediadas pela interação social e pelo lúdico.

A educação infantil, enquanto etapa fundamental para a formação humana, deve priorizar práticas pedagógicas que integrem a livre expressão e a experimentação criativa. A criatividade não se restringe à produção artística, mas envolve a capacidade de pensar criticamente, resolver problemas e inovar — competências cada vez mais demandadas em uma sociedade dinâmica e complexa. No entanto, como alerta o documento Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), há riscos em subestimar o brincar e a imaginação em prol de modelos de ensino excessivamente instrucionais, que podem limitar o potencial cognitivo e emocional das crianças.

Este artigo busca analisar, à luz de referenciais teóricos e estudos contemporâneos, como a criatividade e a imaginação contribuem para o desenvolvimento cognitivo na educação infantil, enfatizando a mediação pedagógica e os desafios enfrentados em contextos educativos formais. A discussão parte do pressuposto de que, ao valorizar o lúdico e a expressão autônoma, a escola não apenas cumpre seu papel formativo, mas também prepara indivíduos capazes de enfrentar os desafios de um futuro incerto com resiliência e inventividade.

CONCEITO DE CRIANÇA E INFANCIA

Sabe-se que a criança está sempre descobrindo e aprendendo coisas novas, por causa do contato com o meio em que vive, obtendo também o domínio sobre o mundo com o passar dos anos. O ser humano nasceu para aprender novos conhecimentos, descobrir e garantir sua sobrevivência e a interação na sociedade como um ser crítico, dotado de identidade, com desejos que são descobertos durante o processo de desenvolvimento. A criança atualmente é vista como um indivíduo que questiona, exige e detém seu espaço na sociedade, diferente de como era vista antigamente. Segundo pesquisador francês Philippe Ariès, (1981), a criança era vista como um adulto em miniatura nos séculos XIV, XV e XVI, e o tratamento dado a ela era igual ao dos adultos, pois logo se misturavam com os mais velhos.

A compreensão da criança e da infância como categorias sociais e pedagógicas é resultado de uma construção histórica e cultural, marcada por transformações que refletem valores, crenças e contextos de cada época. Na Idade Média, por exemplo, a criança não era vista como um sujeito distinto do adulto, como aponta Ariès (1981), que destaca a ausência de uma "consciência da infância" até o século XVII. A partir do Iluminismo, com pensadores como Rousseau, a infância passou a ser reconhecida como uma fase singular, caracterizada por necessidades próprias e potencialidades a serem cultivadas.

No século XX, a psicologia do desenvolvimento e as ciências humanas consolidaram a ideia da criança como um ser ativo, capaz de interagir e construir conhecimentos. Para Vygotsky (2007), a criança é um "produtor de cultura", cujo desenvolvimento ocorre em interação dialética com o meio social. Já Piaget (1994) enfatiza a criança como um sujeito epistêmico, que elabora estruturas cognitivas por meio da assimilação e acomodação de experiências. Essas perspectivas rompem com visões reducionistas que enxergavam a infância apenas como um estágio de preparação para a vida adulta.

A contemporaneidade trouxe avanços significativos, como a concepção da criança como sujeito de direitos, consagrada no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e na Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1989). Nesse contexto, a infância é entendida como um período de singularidade, em que brincar, explorar e expressar-se são direitos fundamentais. Para Kishimoto (2011), a criança é um ser competente, dotada de voz e capacidade de atribuir significados ao mundo, desafiando práticas educativas autoritárias ou adultocêntricas.

Com base no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, (RCNEI), Brasil, (1998):

A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar (p.21).

Suas vivências e sentimentos respeitados fazem dela um ser único, singular, caracterizando assim seu eu interior, valorizando-se sua própria maneira de estar no mundo. A criança é um ser em constante fase de crescimento capaz de agir, interagir, descobrir e transformar o mundo, com habilidades, limitações e potencialidades. Portanto, a infância é uma etapa fundamental na vida da criança para que ela aprenda a brincar. Essa etapa é considerada a idade das brincadeiras, com isso destaca se o lúdico, pois é algo que faz com que a criança reflita e descubra sobre o mundo em que vive.

A infância é, portanto, a aprendizagem necessária à idade adulta. Estudar na infância somente o crescimento, o desenvolvimento das funções, sem considerar o brinquedo, seria negligenciar esse impulso irresistível pelo qual a criança modela sua própria estátua. (CHATEAU, 1954, p.14)

A criança é um sujeito histórico e sua infância está baseada no contexto histórico em que vive e dessa forma a concepção de infância nasce do tempo, espaço social e a cultura que a criança está inserida. Na infância ocorrem vários processos de se associar o mundo e o meio em que a criança vive, quando isso ocorre, acontece uma aprendizagem significativa. Segundo Kishimoto

(2001), a infância é também a idade do possível. Pode-se projetar sobre ela a esperança de mudança, de transformação social e renovação moral. Na busca em compreender a evolução da infância, pode-se observar juntamente a evolução da educação, destacando-se no próximo item a importância desse segmento de ensino e aprendizagem no contexto da educação brasileira.

EDUCAÇÃO INFANTIL: CRECHE E PRÉ- ESCOLA

A educação infantil envolve qualquer forma de educação da criança, ou seja, ela na família, comunidade, sociedade e cultura. De acordo com RCNEI, Brasil, (1998), a instituição de educação infantil é um dos espaços de inserção das crianças nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade na qual estão inseridas. É considerada a primeira etapa da educação básica, ajudando no desenvolvimento psicológico, físico e social da criança. Conforme diz a LDB, lei 9394/96, Art.29:

A Educação Infantil é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996)

A educação infantil é importante, pois cria condições para que as crianças possam conhecer e descobrir novos valores, costumes e sentimentos, através das interações sociais, e nos processos de socialização, o desenvolvimento da identidade e da autonomia. Segundo o RCNEI, Brasil, (1998):

O desenvolvimento da identidade e da autonomia estão intimamente relacionados com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas. Isso pode ocorrer nas instituições de educação infantil que se constituem, por excelência, em espaços de socialização, pois propiciam o contato e o confronto com adultos e crianças de várias origens socioculturais, de diferentes religiões, etnias, costumes, hábitos e valores. (p.11)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394/96), intitula a instituição de ensino infantil que atende crianças de 0 a 3 anos de idade de Creche e Pré - Escola a instituição que atende crianças de 4 a 5 anos de idade.

"No art.30. A Educação Infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II- pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade." (BRASIL, 1996). As crianças que frequentam creches aprendem a compartilhar o espaço, os brinquedos e até mesmo os próprios sentimentos, nesta primeira etapa a educação não está voltada para conteúdos ou conhecimento formal, pois a educação infantil atua sobre a interação e a brincadeira, fazendo com que a criança aprenda a se relacionar com outras crianças, cria suas próprias experiências e passam a ter privacidade.

Nas creches devem conter profissionais especializados em educação infantil que disponham realizar os cuidados com as crianças em união com a escolaridade adequada, que valorizem a criatividade da criança e usem materiais, brinquedos, livros em quantidade suficiente, variados e adequados à faixa etária dos alunos.

O ambiente escolar deve conter um espaço dinâmico, onde possam ocorrer brincadeiras; é importante que seja um lugar bastante explorado, de fácil acesso, limpo e seguro. Nas pré-escolas as atividades como pintura e música, contar histórias, oficinas de desenho, atividades que envolvem os cuidados com o corpo, são atividades indicadas e adequadas nessa etapa da escolarização da primeira infância.

Nessa etapa também é necessário ter um amplo espaço, que seja limpo, organizado, de fácil acesso e seguro. Ter salas adequadas às idades dos alunos, terem recursos pedagógicos variados, funcionários, como professores qualificados que apresentem planos pedagógicos coerentes.

O BRINCAR

Na educação infantil é importante que as crianças convivam em ambientes que possam manipular objetos, brinquedos e interagir com outras crianças e principalmente que possam aprender, pois o brincar é

uma importante forma de comunicação. O lúdico auxilia na aprendizagem, pois ajuda na construção da reflexão, autonomia e da criatividade. Segundo RCNEI, Brasil, (1998), brincar é umas das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia.
A criança ao brincar, pensa e analisa sobre sua realidade, cultura e o meio em que está inserida, discutindo sobre regras e papéis sociais. Ao brincar a criança aprende a conhecer, a fazer, a conviver e a ser, favorecendo o desenvolvimento da autoconfiança, curiosidade, autonomia, linguagem e pensamento.

O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais (BRASIL, 1998, p. 22).

Independente da época, cultura e classe social, o brincar faz parte da vida das crianças, pois vivem em um mundo de fantasias, onde a realidade e o faz-de-conta se confundem. De acordo com RCNEI, Brasil, (1998), brincar funciona como um cenário no qual as crianças tornam-se capazes não só de imitar a vida como também de transformá-la. É através do brincar que a criança forma conceitos, seleciona ideias, percepções e se socializa cada vez mais.
O brincar é uma atividade que auxilia na formação, socialização, desenvolvendo habilidades psicomotoras, sociais, físicas, afetivas, cognitivas e emocionais. Ao brincar as crianças expõem seus sentimentos, aprendem, constroem, exploram, pensam, sentem, reinventam e se movimentam.
Fantasiando a criança revive angústias, conflitos, alegrias, desiste e refaz, deixando de lado a sujeição às ordens e exigências dos adultos, inserindo-se na sociedade onde assimilam valores, crenças, leis, regras, hábitos, costumes, princípios e linguagens: “As crianças são capazes de lidar com complexas dificuldades psicológicas através do brincar. Elas procuram integrar experiências de dor, medo e perda.
Lutam com conceitos de bem e mal (KISHIMOTO, 2001, p.67)”. O lúdico é considerado prazeroso devido a sua capacidade de absorver a criança de forma única, intensa e total possibilitando demonstrar sua personalidade e conhecer melhor a si mesma. Segundo Kishimoto, (2001), enquanto a criança brinca, sua atenção está concentrada na atividade em si e não em seus resultados ou efeitos.
“É no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral; e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (WINNICOTT, 1975, p.80).” No ato de brincar a criança estabelece vínculos entre as características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com outros papéis, ou seja, no lúdico a criança transforma os conhecimentos que já possuem anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. O brincar é uma atividade natural, espontânea e necessária; para brincar é preciso que as crianças tenham certa independência para escolher seus companheiros, os papéis que assumirão no decorrer da brincadeira, o tema, o enredo, todos dependendo unicamente da vontade de quem brinca.
Através do lúdico a criança constrói seu próprio mundo, dá evolução aos pensamentos, colaborando sobremaneira no aspecto social, integrando-se na sociedade. Não se deve esquecer que o brincar é uma necessidade física e um direito de todos. O brincar é uma experiência humana, rica e complexa. Portanto:

Brincar constitui-se, dessa forma, em uma atividade interna das crianças, baseada no desenvolvimento da imaginação e na interpretação da realidade, sem ser ilusão ou mentira. Também tornam-se autoras de seus papéis, escolhendo, elaborando e colocando em práticas suas fantasias e conhecimentos, sem a intervenção direta do adulto, podendo pensar e solucionar problemas de forma livre das pressões situacionais da realidade imediata (BRASIL, 1998, p.23).

Segundo Kishimoto, (2002), citando Fröebel, (1912c), brincar é a fase mais importante do desenvolvimento humano. Por ser a autoativa representação do interno, ocorre a representação de necessidades e impulsos internos. Fica claro então, que o brincar para a criança não é apenas uma questão de diversão, mas também de educação, construção, socialização e desenvolvimento de suas potencialidades.

POR QUE NEM TODAS AS CRIANÇAS BRINCAM E QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DISSO??

A criança tem direito à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, entre outros.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): "Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1990).

A criança vai se preparando para o futuro, experimentando o mundo ao seu redor, nutrindo sua vida, descobrindo sua vocação através do brincar; contudo, nem sempre possuem oportunidades para isso, pois existem dois fatores que podemos observar com maior ênfase que as impedem desse direito de brincar.

Um fator que bloqueia esse direito é o trabalho infantil, sendo considerado como um problema social, fazendo com que as crianças deixem de frequentar a escola e terem seus direitos preservados.

O trabalho infantil muitas vezes acontece devido à necessidade de ajudar financeiramente os familiares. O trabalho infantil é proibido por lei, observando-se no Princípio VII da Declaração dos Direitos da Criança, (1959) as seguintes afirmações:

A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade. (BRASIL, 1959).

Não é responsabilidade da criança trabalhar para sustentar sua família, pois muitas crianças quando deixam de ir à escola e ao abandonarem ou simplesmente dividir esse tempo o rendimento escolar é muito ruim e o despreparo para o mercado de trabalho é consequência, impedindo também seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

Conforme nos mostra o Princípio IX da Declaração dos Direitos da Criança, (1959):

Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral. (BRASIL, 1959).

Outro fator que também bloqueia esse direito é quando a Instituição de ensino não possui espaços adequados para que ocorra o brincar. Junto com o brincar, o espaço físico e social também é essencial para o desenvolvimento das crianças, já que por conta dessa interação entre eles, a criança constrói o conhecimento de si mesma.

O espaço físico é lugar de desenvolvimento de várias habilidades e sensações, auxiliando, portanto, na aprendizagem.

O espaço na Instituição de Educação Infantil deve propiciar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício do seu desenvolvimento e aprendizagem. Para tanto é preciso que o espaço seja versátil e permeável à sua ação, sujeito a modificações propostas pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas (BRASIL, 1998, p.69).

E oferecer conforto, segurança física e proteger, significa proporcionar ambiente seguro e confortável.

Ao organizar um ambiente e adotar atitudes e procedimentos de cuidado com a segurança, conforto e proteção da criança na instituição, os professores oferecem oportunidades para que ela desenvolva atitudes e aprenda procedimentos que valorizem seu bem-estar. Tanto a creche quanto a pré-escola precisam considerar os cuidados com a ventilação, insolação, segurança, confor-

to, estética e higiene do ambiente, objetos, utensílios e brinquedos (BRASIL, 1998, p. 51).

O que as Instituições precisam é ter consciência de que o espaço não é somente um pano de fundo, ele interfere diretamente na aprendizagem das crianças entendido como interlocutor, porque desafia, instiga a criança ao movimento, a exploração e a produção de linguagem.

O PAPEL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO GUARDIÃO DO BRINCAR

Se o brincar facilita a aprendizagem, então, é preciso que o educador seja a favor do lúdico, pois nada será feito se os professores não se interessarem por essa forma de educação.

O profissional precisa aumentar a criatividade, o entusiasmo, a alegria e observar as crianças no decorrer do brincar.

É necessário que o educador entenda o brincar da criança. Para que o educador examine o universo infantil é preciso ter um conhecimento teórico, prático, com capacidade de observação e vontade.

Através da observação do lúdico, o educador pode obter importantes informações sobre o brincar. E essas informações definem critérios como: quanto tempo uma determinada brincadeira ou jogo envolvem as crianças, quais as competências dos jogadores, qual o grau de criatividade, de autonomia, iniciativa e criticidade, quais as linguagens utilizadas pelos envolvidos, se possuem interesse, motivação, afetividade, emoções e satisfação pelo brincar, se demonstram colaboração, competitividade, interação, construção de raciocínio, argumentação e opinião.

A ação do professor de educação infantil, como mediador das relações entre as crianças e os diversos universos sociais nos quais elas interagem, possibilita a criação de condições para que elas possam, gradativamente, desenvolver capacidades ligadas à tomada de decisões, à construção de regras, à cooperação, à solidariedade, ao diálogo, ao respeito a si mesmas e ao outro, assim como desenvolver sentimentos de justiça e ações de cuidado para consigo e para com os outros (BRASIL, 1998, p.43).

No decorrer do brincar, através das ações das crianças, é possível que o educador diagnostique problemas como valores morais, comportamentos nos diferentes ambientes, conflitos emocionais e cognitivos, ideias e interesses.

Portanto o educador possui um papel de um facilitador, ora orienta e dirige as atividades lúdicas, ora coloca as crianças como responsáveis de suas próprias brincadeiras.

É importante que o responsável organize e estruture o espaço de forma a estimular na criança a vontade de brincar, de competir e cooperar, pois em relação ao brincar o que é mais importante é a participação e aliando a teoria à prática acontece a valorização do conhecimento.

Com base em Bomtempo, (1999), citando Christie, o professor pode selecionar, organizar e apresentar objetos, materiais, suportes e experiências para desenvolver conceitos ou temas. A intervenção deve revitalizar, clarificar e explicar o brincar, não dirigir as atividades. É importante que o educador determine certa "área livre" onde as crianças possam mexer, montar, fazer e criar, dando certo tempo para que a criatividade e imaginação aconteçam.

Segundo Proinfantil, (2005):

Brincar implica troca com o outro, trata-se de uma aprendizagem social. Nesse sentido, a presença do professor é fundamental, pois será ele quem vai mediar as relações, favorecer as trocas e parcerias, promover a interação, planejar e organizar ambientes instigantes para que o brincar possa se desenvolver (BRASIL, 2005, p.50).

De acordo com o RCNEI, Brasil (1998), o adulto pode auxiliar na distribuição das funções, mas o interessante é que as crianças adquiram progressiva autonomia. Segundo Bomtempo, (1999), o professor não deve tolher a imaginação da criança, mas orientá-la, deixando que a brincadeira espontânea surja na situação de aprendizagem, pois é através dela que a criança se prepara para a vida em seus próprios termos.

De acordo com o Proinfantil, (2005), os professores devem focar seus olhares nas crianças enquanto elas brincam, ajudando-as a verem o mundo e a expressar-se através

das múltiplas linguagens. Na mesma direção Bomtempo, (1999), complementa com a ideia de que se os professores acreditarem que brincando a criança está aprendendo sobre o mundo que as cerca, eles poderão utilizar esse momento para intervir e criar vários tipos de ações educativas que facilitarão a aprendizagem.

CONCLUSÃO

A partir das análises bibliográficas realizadas referentes ao tema deste artigo, conclui-se que durante a infância a criança se torna única a singular, aprende a brincar e ao aprender ela pensa, analisa sobre sua realidade, cultura e o meio em que está inserida, criando forma, conceitos, ideias, percepções e cada vez mais se socializa através de interações.

Ao brincar a criança se desenvolve integralmente, passa a conhecer o mundo em que está inserida.

Portanto, o brincar não é apenas uma questão de diversão, mas uma forma de educar, de construir e de se socializar. Para que ocorra o brincar é necessária a presença de um profissional, o professor.

Ele é fundamental, pois favorece e promove a interação, planeja e organiza ambientes para que o brincar possa acontecer, estimula a competitividade e as atitudes cooperativas, o professor cria na criança a vontade de brincar, facilitando assim a aprendizagem.

Constata-se igualmente que é necessário garantir o direito à educação.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Referencial curricular nacional para a educação infantil: formação pessoal e social. Brasília: MEC/SEF, v.01 e 02.1998. 85p. BRASIL. Legislação.

BRASIL. Legislação. < Disponível em: http:// portal.mec.gov.br/ >. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Declaração Universal dos Direitos da Criança.

BRASIL. Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil – PROINFANTIL- (Org.) Karina Rizek Lopes, Roseane Pereira Mendes, Vitória Líbia Barreto de Faria. Brasília/MEC/SEB/SEED, v.02, unidade 3, 2005. 68p.

BRASIL. Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil – PROINFANTIL- (Org.) Karina Rizek Lopes, Roseane Pereira Mendes, Vitória Líbia Barreto de Faria. Brasília/MEC/SEB/SEED, v.02, unidade 5, 2005. 64p.

BOMTEMPO, Edda. Brinquedo e educação: na escola e no lar. Acesso em 25 de Julho de 2013. CHATEAU, Jean. O jogo e a criança. 2. ed. São Paulo: Summus, 1954.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. _____. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2002. WINNICOTT, Donald Woods. O Brincar e a Realidade. Rio de Janeiro: Imago. 1975.